



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0012707-63.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **SEBASTIÃO XAVIER**  
 Requerido: **Mercadopago.com Representacoes Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que financiou a compra de um automóvel e, após receber ligação telefônica de alguém que se dizia funcionário do agente financeiro, seguiu suas orientações para fazer determinado pagamento relativo a tal transação.

Alegou ainda que esse pagamento, levado a cabo por intermédio da ré, não foi computado, de sorte que visa à condenação da mesma a restituir-lhe a quantia em apreço.

Os elementos constantes dos autos são insuficientes para o acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, a forma como se deram os fatos, na esteira do relato de fl. 01, denota claramente que o autor foi "vítima de um golpe", como ele próprio reconheceu.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Não há dados concretos que indiquem a participação da ré nesse episódio nem mesmo indiretamente e pelo que se apurou o nome dela foi indevidamente utilizado para que a estratégia se implementasse.

Aliás, nem mesmo o pagamento aventado pelo autor restou comprovado a contento.

O documento de fl. 04 não firma convicção nesse sentido e, como se não bastasse, o ofício de fl. 86 denota que o pagamento nas condições especificadas pelo autor não poderia ter ocorrido, seja pelo horário (a lotérica encerrou suas atividades por volta de 17h, enquanto o pagamento teria acontecido após as 18h), seja pelo valor do boleto (a ré não processa recebimentos de boletos superiores a R\$ 700,00).

Diante desse contexto, e inexistindo outros dados minimamente seguros que respaldassem a explicação do autor, conclui-se que não há respaldo bastante para alicerçar sua postulação, a qual bem por isso não vinga.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**